

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de livros novos e atualizados (última edição) para atender as necessidades da Procuradoria-Geral do Município de Nova Friburgo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Procuradoria-Geral do Município

1.3. **Fundamentação legal:** Dispensa eletrônica, nos termos do inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/21, Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/21 e Decreto Municipal nº 1.942/22.

1.4. **Período:** IMEDIATO, com entrega não superior a 30 (trinta) dias da data de recebimento do empenho.

1.5. **Tipo:** Menor preço por item, nos termos da Lei nº. 14.133/21, art 33, inciso I;

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens, quantitativo e seus respectivos valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.
01	Curso de Direito Administrativo Autor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira Editora: Método Edição: 12ª Ano: 2024	600374	UN	01



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

	Livro Físico			
02	Manual de Direito Administrativo Autor: Matheus Carvalho Editora: Juspodvim Edição: 12ª Ano: 2024 Livro Físico	600374	UN	01
03	Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas Autor: Marçal Justen Filho Editora: Revista dos Tribunais Edição: 2ª Ano: 2023 Livro Físico	600374	UN	01
04	Direito Ambiental - Coleção Esquematizado Autores: Marcelo Abelha Rodrigues Pedro Lenza Editora: Saraiva Jur Edição: 11ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
05	Direito Ambiental Esquematizado Autor: Frederico Amado Editora: Juspodvim Edição: 14ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
06	Direito Constitucional Esquematizado Autor: Pedro Lenza Editora: Saraiva Jur Edição: 28ª Ano: 2024 Livro Físico	600370	UN	01
07	Curso de Direito Constitucional Autores: Gilmar Ferreira Mendes Paulo Gustavo Gonet Branco. Editora: Saraiva Jur Edição: 19ª Ano: 2024 Livro Físico	600370	UN	01
08	Direito Constitucional Autor: Alexandre de Moraes	600370	UN	01



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

	Editora: Atlas Edição: 39ª Ano: 2023 Livro Físico			
09	Direito Civil Brasileiro - Parte Geral - Volume 1 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur Edição: 22ª Ano: 2024 Livro Físico	600373	UN	01
10	Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral Das Obrigações - Volume 2 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur Edição: 21ª Ano: 2024 Livro Físico	600373	UN	01
11	Direito Civil Brasileiro - Contratos e atos unilaterais - Volume 3 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur Edição: 21ª Ano: 2024 Livro Físico	600373	UN	01
12	Direito Civil Brasileiro - Responsabilidade Civil - Volume 4 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur Edição: 19ª Ano: 2024 Livro Físico	600373	UN	01
13	Direito Civil Brasileiro - Direito Das Coisas - Volume 5 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur Edição: 19ª Ano: 2024 Livro Físico	600373	UN	01
14	Direito Civil Brasileiro: Direito de Família - Volume 6 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur	600373	UN	01



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

	Edição: 21ª Ano: 2024 Livro Físico			
15	Direito Civil Brasileiro - Direito Das Sucessões - Volume 7 Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Jur Edição: 18ª Ano: 2024 Livro Físico	600373	UN	01
16	Curso de Direito Processual Civil - V.1 - Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo De Conhecimento Autor: Fredie Didier Jr. Editora: Juspodvim Edição: 26ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
17	Curso de Direito Processual Civil - V.2 - Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória Autor: Fredie Didier Jr. Editora: Juspodvim Edição: 19ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
18	Curso de Direito Processual Civil - V.3 - Meios de Impugnação Às Decisões Judiciais e Processo Nos Tribunais Autor: Fredie Didier Jr. Editora: Juspodvim Edição: 21ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
19	Curso de Direito Processual Civil - V.4 - Processo Coletivo - de Acordo Com a Nova Lei De Improbidade Administrativa Autor: Fredie Didier Jr. Editora: Juspodvim Edição: 18ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

20	Curso de Direito Processual Civil - V.5 - Execução Autor: Fredie Didier Jr. Editora: Juspodvim Edição: 14ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
21	A Fazenda Pública em Juízo Autor: Leonardo Carneiro da Cunha Editora: Forense Edição: 21ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
22	Código de Processo Civil Comentado Autores: Luiz Guilherme Marinoni Sérgio Cruz Arenhart Daniel Mitidiero Editora: Revista dos Tribunais Edição: 10ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
23	Curso de Direito do Trabalho Autor: Carlos Henrique Bezerra Leite Editora: Saraiva Jur Edição: 16ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
24	Curso de Direito Processual do Trabalho Autor: Carlos Henrique Bezerra Leite Editora: Saraiva Jur Edição: 22ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
25	Direito Tributário Autor: Ricardo Alexandre Editora: Juspodvim Edição: 18ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
26	Curso de Direito Constitucional Tributário Autor: Roque Antonio Carrazza Editora: Juspodvim Edição: 35ª	19783	UN	01



	Ano: 2024 Livro Físico			
27	ISS - Teoria e Prática Autor: José Eduardo Soares de Melo Editora: Juspodvim Edição: 7ª Ano: 2023 Livro Físico	19783	UN	01
28	Curso de Direito Financeiro Brasileiro Autor: Marcus Abraham Editora: Forense Edição: 7ª Ano: 2023 Livro Físico	19783	UN	01
29	Manual de Direito Financeiro Autor: Harrison Leite Editora: Juspodvim Edição: 13ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
30	Direito Municipal Brasileiro Autor: Hely Lopes Meireles Editora: Juspodvim, Coedição Malheiros Edição: 21ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01
31	Curso Prático de Direito Previdenciário Autor: Ivan Kertzman Editora: Juspodvim Edição: 22ª Ano: 2024 Livro Físico	19783	UN	01

2.2. O objeto desta contratação se enquadra como bem comum, não se tratando de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746/22.

2.3. Por se tratar de entrega imediata, considera-se que o prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº:	_____
DATA:	____/____/____
RUBRICA:	FOLHA: _____

2.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.219,22 (seis mil duzentos e dezenove reais e vinte e dois centavos, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. A presente aquisição se faz necessária para atender, como um todo, as necessidades da Procuradoria-Geral do Município na sua atividade privativa de assessoramento do Poder Executivo Municipal.

3.3. O campo do direito é uma área em constante evolução, com mudanças frequentes nas legislações e na interpretação de normas e princípios jurídicos, cujas mudanças têm um impacto significativo na atuação dos procuradores e assessores jurídicos, exigindo que eles se adaptem a um ambiente jurídico em constante transformação.

3.4. Cada vez mais, os eventos demandantes de serviços jurídicos vêm ganhando dimensões mais complexas, interligadas a outras áreas de conhecimento.

3.5. As atribuições da Procuradoria-Geral estão previstas na Lei Complementar Municipal nº 079/2013, nos seguintes termos:

“PROCURADORIA GERAL - tem por finalidade assistir direta e indiretamente o Poder Executivo Municipal sendo responsável pela defesa de seus interesses em juízo ou fora dele. Responsável técnico por todo corpo jurídico alocado nas diversas esferas da administração do município. Responsável pela elaboração, renovação e controle de todos os contratos, termos de concessões e demais compromissos legais e fiscais envolvendo interesses do município. Responsável pelo PROCON e pelas execuções fiscais da dívida ativa do Município.

- Subsecretaria de Processos Administrativos.

- Subprocuradoria de Processos Litigiosos.
- Subprocuradoria de Assuntos Tributários”.

3.6. Com efeito, a aquisição de livros novos e atualizados se faz necessária para que os servidores possam exercer o seu mister no controle de legalidade dos atos administrativos e defesa do Município em juízo e fora dele.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2. A solução a ser adotada é a aquisição mediante dispensa de licitação, sendo que a escolha dos fornecedores aptos à perfeita execução das atividades será possível através do menor valor, devido aos orçamentos apresentados.

4.3. Nesse aspecto, é importante salientar a vantajosidade da contratação mediante dispensa de licitação, haja vista a celeridade necessária para efetuar a aquisição dos itens, além da possibilidade da escolha pelo menor valor.

4.4. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado. Com isso, a solução a ser contratada resume-se à contratação do objeto na forma acima descrita.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Restou evidenciado, através do Estudo Técnico Preliminar, que a contratação em tela deverá ocorrer através de uma Dispensa de Licitação, haja vista que não ultrapassará o limite de valor previsto no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.2. Os livros deverão ser entregues na última versão atualizada disponível e no formato físico, a fim de compor a biblioteca e possibilitar o acesso a todos os servidores e estagiários da Procuradoria-Geral.

5.3. Na proposta de preço deverá constar obrigatoriamente a descrição do item cotado, indicando o nome da editora.

5.4. O critério de julgamento das propostas deverá ser o de menor preço por item.

5.5. É facultada a solicitação da apresentação de catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do bem ofertado, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação no referido item.

5.6. Prazo de entrega: os livros deverão ser entregues pela(s) empresa(s) sem custo adicional, no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da solicitação, diretamente na Procuradoria-Geral, situada na Rua Rua Moisés Amélio, 07, 1º piso, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28613-210, telefone (22) 2525-9177, e-mail: subprocuradoriapmnf@gmail.com, dentro dos requisitos estabelecidos neste procedimento de dispensa, de segunda a sexta, no horário das 9h às 17h.

5.7. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho:

Nome do requisitante:	PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Endereço:	Endereço: Rua Moisés Amélio, 07, 1º piso, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-210.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os produtos deverão vir lacrados em suas embalagens originais, conforme descrição dos fornecedores, em bom estado de conservação e apresentação.

6.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. A garantia dos produtos adquiridos deverá ser a oferecida pelo fabricante, em caso de material danificado ou com defeitos de fabricação, ficando a troca a cargo da Contratada, assim como os custos e as despesas referentes à troca.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/21, art. 115, caput).

8.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/21, art. 117, §1º).

8.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/21, art. 117, §2º).

8.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/21, art. 119).



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

8.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/21, art. 120).

8.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/21, art. 121, caput).

8.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/21, art. 121, §1º).

8.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/21 e no Decreto Municipal nº 1.942/22, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

9.2. Deverão ser cumpridas as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.4.1. comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.7. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.7.1. SICAF;

9.7.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.7.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

10.1.1	Elemento de Despesa:	3.3.90.30.35
10.1.2	Fonte de Recurso:	175900000013
10.1.2	Programas de Trabalho:	41001.0412200012.002

10.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA
FRIBURGO**

CNPJ: 20.132.609/0001-21

**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

11.2. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.2.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.2.2. Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais;

11.2.3. FGTS;

11.2.4.PGE- Referente Dívida Ativa Estadual;

11.2.5. Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.2.6. Estadual -CND- referente ao ICMS.

11.3. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

12.2. Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Procuradoria-Geral do Município.

Nova Friburgo, 10 de julho de 2024.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga Matr.: 63.347	<hr/> Laynne de Andrade Alves Matr.: 62.773

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

João Paulo Figueiró dos Santos
Procurador Geral do Município
Matrícula 63.010